

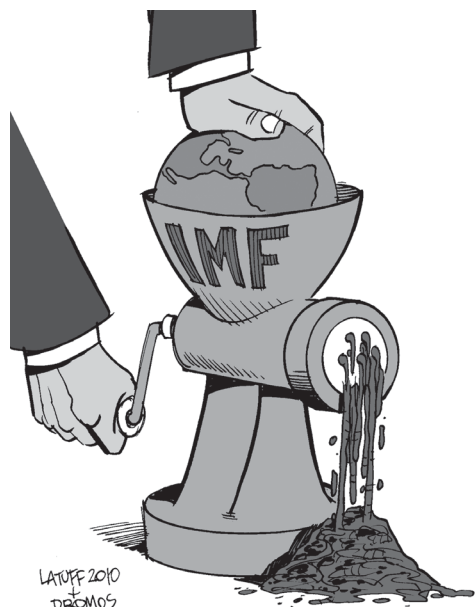


ORGANIZAR A RESISTÊNCIA À TROIKA

As razões da derrota do Bloco

O Bloco de Esquerda acabou por obter uma pesada derrota eleitoral ao apoiar Manuel Alegre, o mesmo candidato do PS nas presidenciais, e não procurar a unidade da esquerda para retirar Sócrates do poder.

PÁG. 4



FMI faz mal à saúde

A história ensina-nos que o FMI, por onde passa, traz um vendaval de pobreza e miséria. Como se não bastasse ainda se dedica a destruir os cuidados de saúde usufruídos pelos trabalhadores, como se propõe agora a fazer em Portugal.

PÁG. 6

A Europa levanta-se e luta

Se em Espanha o movimento dos indignados já acampou milhares nas praças das cidades, trouxe 200 mil às ruas e cercou um parlamento, a Grécia já vai na terceira greve geral este ano numa luta sem tréguas contra o massacre da troika.

PÁG. 8 e 9

Eleições derrotaram Sócrates, agora é
Lutar contra a dívida e os
ataques do governo da troika

Sem alternativa credível de mudança à esquerda, centenas de milhares de trabalhadores mostraram o seu repúdio ao governo do PS/Sócrates com um voto na direita, PSD e CDS. Nas eleições de 5 de Junho, mais do que uma “viragem à direita”, o que aconteceu foi uma massiva contestação ao governo do PS/Sócrates, que executou durante seis anos uma política de direita e de grandes ataques aos trabalhadores e aos sectores mais pobres da população. Uma política para salvar os lucros dos banqueiros, dos Espírito Santo, dos Mello, dos Mota Engil e de muitos outros grupos capitalistas, injectando-os com milhares de milhões de euros e entregando-lhes outros tantos através dos negócios das PPP, o que levou as finanças públicas a uma situação deficitária enorme.

Deste repúdio eleitoral a Sócrates resultou uma maioria parlamentar de direita, do PSD e do CDS, que irá governar com a continuação e agravamento da política já preconizada pelo memorando assinado por Sócrates com a troika (UE/BCE/FMI) e apoiado pelo PSD e CDS. Mais uma vez, a crise em que o capitalismo colocou a economia vai ser aproveitada pelos governantes para proceder a mais ataques aos trabalhadores e aos seus direitos laborais e sociais. Mais uma vez as propostas de alteração das leis laborais no sentido de retirar direitos contratuais e diminuir remunerações salariais vão ser apresentadas como a solução para o desemprego e a competitividade da economia.

É mais do mesmo, para encher as contas bancárias e os lucros dos donos da economia, à custa do empobrecimento (e mesmo da miséria) de milhões de trabalhadores e da maior precariedade para a vida de centenas de milhares de jovens que ficarão ainda mais “à rasca”.

É em torno do pagamento da dívida pública que os governantes argumentam a necessidade da política de austeridade. O que é preciso questionar é como e porquê a dívida cresceu, a quem beneficiou, quem ganhou e quem vai continuar a ganhar com ela e com o seu pagamento. Nós respondemos que a maior parte da dívida foi para pagar negócios a favor dos grupos capitalistas que há dezenas de anos vivem à custa do dinheiro público, para apoiar os banqueiros, para cobrir as dívidas dos patrões à Segurança Social, para cobrir os custos das PPP. Por outro lado, o pagamento da dívida destina-se precisamente a pagar aos que já ganharam com ela, aos banqueiros nacionais e internacionais que compraram os títulos da dívida para continuar a ganhar à nossa custa através dos juros que iriam receber.

Neste contexto, a primeira medida que devemos exigir é a suspensão do pagamento da dívida e a recusa aos planos do memorando com a troika. De seguida há que exigir uma consulta popular, um Referendo como fizeram os islandeses, antecedido de um grande debate nacional sobre a dívida e da sua auditoria. É esse Referendo que deve decidir sobre o “Sim” ou o “Não” ao pagamento da dívida, uma dívida que não é dos trabalhadores nem da imensa maioria da população.

Uma política de esquerda tem as prioridades de combater a anunciada ofensiva do governo PSD/CDS no campo laboral e social, bem como a dívida e o seu pagamento. Neste combate, a unidade de todos os sectores políticos e sindicais que se opõem ao governo e ao memorando da União Europeia e FMI afigura-se fundamental. A união de esforços entre a esquerda parlamentar (PCP e BE) e os movimentos sindicais e de jovens para constituir uma ampla frente de luta contra a política do governo e da troika, propondo um plano de medidas anticapitalistas e de corte com esta União Europeia que se construiu ao serviço do capital e nos trouxe o maior desemprego, os maiores ataques ao salário, aos direitos sociais e aos serviços públicos, é o caminho a seguir.

PLANO DA TROIKA



A demolidora cleptocracia

Cleptocracia foi o termo inventado pelos gregos para designar “roubo por métodos de Estado”. À semelhança da Grécia, Portugal estará sujeito a medidas draconianas, cuja factura será essencialmente paga pelos trabalhadores e pelo povo.

A troika (FMI, Banco Mundial e Comissão Europeia) esteve recentemente em Portugal para negociar com o agora demissionário governo Sócrates um pacote de medidas para os próximos dois anos. Os ataques a conquistas e benefícios adquiridos ao longo de anos de luta são agora postos em causa como nunca antes.

Aumentos de preços e taxas
As taxas moderadoras na saúde serão aumentadas a partir de Setembro de 2011 num valor indexado à taxa de inflação, estando a isenção de taxas moderadoras sujeita a comprovação de rendimentos por parte de quem as queira requerer.
A electricidade aumentará 3,8 % este ano e, a partir de Janeiro de 2012, estará sujeita a um aumento da taxa de IVA associada de 6% para 13 ou 23%, valor ainda ainda a decidir. Esta é uma medida que afectará não só as pessoas em geral como as empresas e pequenos negócios, já de si com dificuldades sérias de financiamento
Com o pretexto de estimular o mercado de arrendamento na habitação, o IMI será aumentado até 40%. Os proprietários terão assim um agravamento dos seus encargos, sobretudo aqueles que ainda estão a pagar prestações de crédito à habitação,

tanto mais que se prevê uma subida da taxa Euribor nos próximos tempos.

Ataque ao mundo do trabalho
A negociação das horas extraordinárias passará a ser feita directamente com os trabalhadores, em prejuízo da negociação colectiva, no sentido da flexibilização e precarização do trabalho. O tecto até agora mínimo de 50% de taxa adicional de pagamento dessas horas passará a ser o tecto máximo adicional para pagamento das mesmas. No sector da saúde será fortemente limitado o número de horas extraordinárias a atribuir aos médicos, o que afectará certamente os serviços em geral e particularmente as urgências.
Os subsídios de desemprego e o RSI passam a ser declarados no IRS, tal como os abonos de família e os subsídios de maternidade e paternidade.
As indemnizações por despedimento passam a ser calculadas com base em 20 dias por ano de trabalho em vez dos actuais 30. O subsídio de desemprego será reduzido de 24 para 18 meses, e o seu montante máximo mensal será reduzido de €1.257,66 para €1.048,05. O valor desta prestação social será reduzida ainda em 10% após 6 meses para todos os escalões.

A Administração Pública sofrerá uma redução de 8 mil funcionários por ano, correspondente a 1% do total na administração central e 2% nas autarquias locais.
Mas uma das mais graves medidas será a redução da Taxa Social Única, descontada pelas empresas sobre os seus trabalhadores para financiar a Segurança Social. Essa redução seria compensada por um novo imposto ou pelo aumento do IVA e indica que o objectivo da troika é o desmantelamento da Segurança Social pública.

Outras medidas gerais
Na saúde está previsto um corte de 550 milhões de euros até 2013. Os cortes nas participações da ADSE serão de 100 milhões de euros só em 2012, afectando assim cerca de 2 milhões de beneficiários.
No sector dos transportes, a CP será definitivamente colocada fora da alçada do Estado, o que implicará uma subida de preços dos serviços. Está prevista ainda a privatização das linhas suburbanas, que são as mais rentáveis. No Metro e na Transtejo será imposta uma redução de 10 a 15% dos chamados custos operacionais, com uma consequente redução em termos de oferta de serviços.
Nas grandes empresas como GALP, PT e EDP acabarão as chamadas golden shares, o que deixará o Estado fora de qualquer parecer decisivo em temas tão importantes como energia e comunicação. Serão privatizados, ainda, a TAP, os CTT, o segmento de seguros da Caixa Geral de Depósitos e a parcela que falta de empresas já semi-privatizadas como a REN.
Finalmente, o IVA sobre produtos essenciais sujeitos à taxa mais baixa e à taxa intermédia poderá ser fixado nos 23%.

Nuno Santos

Quem fica com os 78 mil milhões?

Como se depreende do exposto anteriormente, estaremos sujeitos a medidas que agravarão consideravelmente as condições de vida do povo português. Mas para outros, como a Banca, haverá facilidades: dos 78 mil milhões de euros “emprestados” a Portugal, 12 mil milhões representam injeções directas e garantias

bancárias para o sistema financeiro português, enquanto 54 mil milhões são para os credores da dívida.
Ou seja, os grandes responsáveis por se ter gerado esta situação são ainda beneficiados, enquanto os trabalhadores e o povo português serão obrigados a pagar uma dívida que não é sua.

Mas isto não é inevitável. Os acampamentos e as gigantescas manifestações em Espanha e na Grécia, assim como a acção realizada em Lisboa (Rossio) pelo movimento “Democracia Verdadeira, Já”, demonstram que a luta está viva e não dará tréguas à troika e aos seus patrões. **N.S.**

RUPTURA

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT (IV Internacional) www.litci.org
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia
Director: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projecto Gráfico: Nádja Martins
Capa: Pedro Varela/Diogo Bento
Contacto: jornal@rupturafer.org
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:

A. P. Amaral, André Traça, C.K., Délio Figueiredo, Diana Curado, Eduardo Velosa, Elisa Alves, J. A. Dias, Joana Oliveira, Lina Pereira, Manuel Afonso, Manuel Neves, Nuno Gerales, Nuno Santos, Pedro Castro.

Convenção é transformada em comício eleitoral



Gil Garcia discursa na VII Convenção do Bloco de Esquerda

Moção C, oposição de esquerda à direcção do Bloco de Esquerda, cresce na base e mantém o mesmo número de representantes na Mesa Nacional.

A VII Convenção do Bloco de Esquerda, realizada nos dias 7 e 8 de Maio, foi quase que exclusivamente um grande comício para as eleições de 5 de Junho, apontadas pela direcção do partido como o nosso “referendo” sobre a situação em que se encontra o país.

Se correctamente foi denunciado o plano de resgate da troika e os efeitos desastrosos que trará para a economia e a vida da classe trabalhadora, não foram discutidas propostas políticas e de luta para combatê-lo. Frases retóricas, discursos a apelar ao voto – classificado como um “acto de coragem” – e o auto-elogio foram a tônica das intervenções da maioria dos delegados, eleitos pela Moção A, afecta à direcção do Bloco de Esquerda.

Intervenção da Moção C

Os delegados da Moção C, liderada pelo Ruptura/FER, recusaram-se a tratar a convenção

como um comício e fizeram intervenções políticas, a polemizar com orientações recentes da direcção do Bloco, como o voto favorável dos seus deputados à “ajuda” de Portugal ao plano de resgate do FMI/União Europeia à Grécia, semelhante ao que correctamente recusa agora para Portugal; e o apoio ao candidato do PS, Manuel Alegre, nas eleições presidenciais de Janeiro deste ano.

Esta última política, adoptada à revelia da VI Convenção, quando foi aprovado que o Bloco não apoiaria o mesmo candidato do governo, foi responsável pela perda de confiança de uma parte dos aderentes e eleitores do Bloco no seu partido e teria tido o efeito perverso de, como sublinhou o primeiro subscritor da Moção C, Gil Garcia, branquear a governação Sócrates/PS.

Governo de Esquerda

Os delegados da Moção C in-

tervieram a alertar para o facto de que até a actual proposta de “governo de esquerda” formulada pela direcção do Bloco pode vir a transformar-se em mais uma repetição da “colagem” ao PS. Ao não deixar claro os parceiros deste “governo de esquerda”, ao recusar-se a propor uma unidade de esquerda com o PCP, o Bloco abre as portas para uma nova unidade com o PS.

Durante a convenção, em entrevista à imprensa, Francisco Louçã admitiu a possibilidade de o Bloco participar de um governo com o PS, mas sem José Sócrates. “Não há um governo do BE com o PS, mesmo sem José Sócrates, que alguma vez venha a governar à esquerda”, rebateu Gil Garcia, em sua intervenção de fecho.

Ao não aprovar um apelo à unidade com o PCP e sectores de esquerda com vistas à formação de uma alternativa de governo com um programa anticapitalista, de ruptura com os planos do FMI e da União Europeia, foi desperdiçada mais uma oportunidade de romper com a alternância dos governos PSD/PS. “Sócrates poderá ganhar as eleições, acreditam? Não há ninguém responsável por esta situação? Foi o país que virou à direita? A manifestação da 'Geração à Rasca' ocorreu no século passado?”, questionou Gil Garcia.

Dívida externa

Sobre a dívida externa que está a estrangular a economia e a justificar a intervenção da troika, foi aprovada a proposta da Moção A de renegociação e auditoria. A Moção C defendeu a suspensão do pagamento da dívida, cuja continuidade levará o país à bancarrota. Ao retirar os recursos do país para alimentar os lucros da banca nacional e internacional, o pagamento da dívida provoca recessão e impede a criação de emprego e o aumento dos salários. “Caso fosse realizado o referendo sobre a dívida externa, como propõe a Geração à Rasca, qual seria a posição da Moção A? Pagar a dívida. A da Moção C seria, como na Islândia, recusar o pagamento”, disse um dos delegados da Moção C.

BÚSSOLA

CTT na mira da troika

A mais emblemática das empresas públicas, com um efectivo de cerca de 13.000 trabalhadores, não escapa aos ataques da troika. A liberalização do serviço postal é uma das exigências para “salvar” Portugal, não estando descartada totalmente a possibilidade da privatização de algumas áreas ainda não determinadas.

É de extrema importância não baixar os braços perante esta ameaça. Os correios de Portugal são uma empresa dotada de profissionais de elevada qualidade, tal como atestam os Relatórios de Sustentabilidade que lhe conferem a classificação de A+ e os dividendos entregues ao accionista estado relativos a 2010, que ascendem a cerca de 36 milhões de euros.

Parece claro que uma empresa de viabilidade comprovada deveria ser considerada como uma mais-valia para todos os cidadãos, e os seus trabalhadores não deveriam sofrer os ataques rapaces de uma administração que nada faz para os proteger e dignificar.

Estes estão sujeitos a

cortes nos salários, ao não pagamento de horas extras, à humilhação, no caso dos trabalhadores dos serviços centrais de Lisboa, de ocuparem um edifício no Parque Expo que não oferece as mínimas condições de conforto e segurança. Este edifício, apesar de ultra-moderno, encontra-se sobrelotado e mais parece uma prisão.

Os carteiros do quadro, que percorrem o país distribuindo encomendas e cartas nas cidades e nas zonas rurais, padecem do excesso de carga transportado diariamente. Nesta tarefa são auxiliados pelos trabalhadores precários, indispensáveis, mas que não são integrados aos quadros.

É preciso alertar a população para os ataques que sofre este serviço público, para que não se continuem a fechar postos de correios, para que um serviço de qualidade que tanta falta nos faz não seja alienado e colocado em mãos gananciosas com o prejuízo que daí poderá advir para toda a população. **L.A.**

Perder peso dá audiência

Peso Pesado, programa que estreou recentemente na SIC, é uma adaptação de um programa norte-americano intitulado “The Biggest Loser”. Consiste na competição entre um conjunto de concorrentes, todos obesos, os quais vão procurar, mediante a realização de um conjunto de provas físicas, perder o máximo de peso possível sendo, ao fim de cada semana, eliminado aquele que perder menos peso.

A ideia de incentivar à prática desportiva, per si, é positiva. Por outro lado, é sabido que a obesidade, que hoje em dia apresenta altas taxas de prevalência nos países ocidentais, incluindo Portugal, aumenta consideravelmente o risco do surgimento de complicações cardio-vasculares, pelo que deve ser prevenida e tratada com o maior vigor, sendo a prática moderada, regular e ajustada do exercício físico uma das formas principais de alcançar esse desiderato.

O problema é a abordagem seguida pelo programa, a qual é enfermada pelo desejo obsessivo de aumentar a audiência da estação televisiva que o transmite. Um primeiro aspecto censurável é o pouco ênfase que é colocado na melhoria da alimentação, quando se sabe que uma alimentação saudável é, a par da prática do exercício físico, um pilar crucial da prevenção e tratamento da obesidade.

Outros aspectos a merecer reparos são a forma como é apresentada a prática do exercício físico e a tendência para o sensacionalismo que se traduz na exploração desavergonhada, para deleite das audiências, das dificuldades e dos dramas que o excesso de peso tem trazido àquelas pessoas ao longo da sua vida. Procura-se mesmo, por vezes, humilhá-los colocando-os em situações ridículas e atentatórias da sua dignidade.

C.K.

Moção C obtém 14% dos votos e elege 11 para Mesa Nacional

Para a composição da Mesa Nacional, a votação decisiva feita por voto secreto, a Moção A, afecta à direcção do Bloco, obteve 412 votos (80,63%), que corresponde a 65 lugares, mais dois do que há dois anos, na VI Convenção; a Moção C obteve 73 votos (14,29%), elegendo assim 11 membros, o mesmo número de representantes de há dois anos; e a Moção D obteve 26 votos (5,09%), elegendo 4 membros, quando há dois anos, junto com a Moção B, conseguiu 42 votos (7%), elegendo 6 membros. Houve 7 votos brancos e nenhum nulo.

Para a Comissão de Direitos foram eleitos 6 membros da Moção A e 1 da Moção C. A Moção D não elegeu, ao contrário de 2009, nenhum representante.

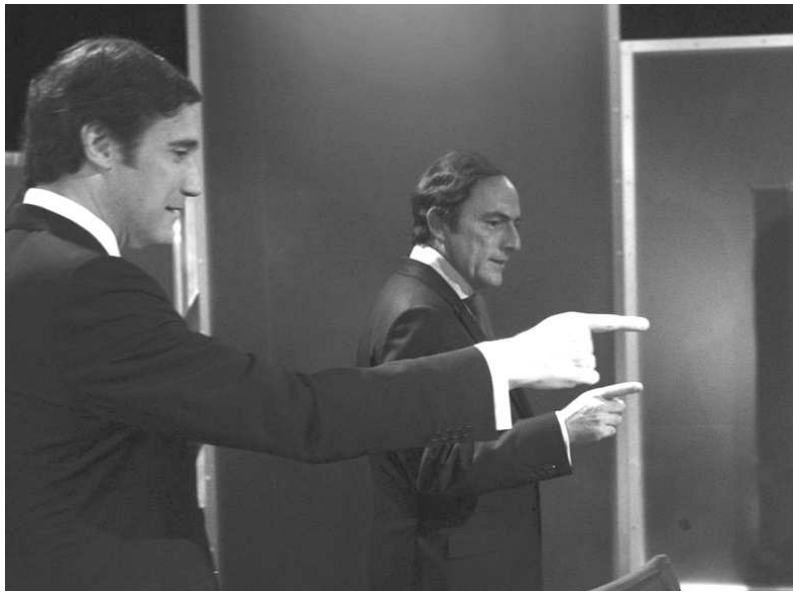
O resultado obtido pela Moção C, ao ser o mesmo de há dois anos, foi bastante positivo, pois as alterações no regulamento da convenção penalizaram as correntes minoritárias: aumento do rácio de 1 delegado para 15 aderentes, em vez dos anteriores 10, e a criação de vários círculos eleitorais artificiais, dificultando a formação de listas em muitos concelhos.

Mas os números que expressam o fortalecimento da Moção C são sobretudo os da eleição de delegados, no período prévio à convenção. Apesar de o número de aderentes que participaram na eleição de delegados para a VII Convenção ter diminuído em relação à Convenção anterior – em 2009 votaram 1953 aderentes, enquanto nesta última votaram 1861 – a Moção C obteve mais votos. Na

V Convenção (2007), conseguiu 176 votos; na VI Convenção (2009), 237; e nesta última VII Convenção, 257. A Moção A, pelo contrário, diminuiu: passou de 1565 votos em 2009 para 1438 votos nesta VII Convenção.

A Moção C também se fortaleceu em mais cidades importantes do país. Enquanto em 2009 obteve entre 19% e 31% em 6 dessas cidades, na VII Convenção conseguiu resultados entre 23% a 71% em 7 cidades importantes: Leiria/Marinha Grande (23%); Lisboa (26%); Braga (27%); Oeiras (30%); Coimbra (37%); Amadora (47%); e Olhão (71%). Em 2009, nas mesmas cidades (menos Olhão), tinha registado: Leiria/Marinha Grande (21%); Lisboa (21%); Braga (20%); Oeiras (19%); Coimbra (29%); Amadora (31%).

Povo castiga Sócrates votando na direita



As eleições de dia 5 de Junho resultaram numa previsível vitória da direita tradicional e na derrota de José Sócrates. Resultaram, ainda, numa grande derrota do Bloco de Esquerda, previsível apesar da sua dimensão.

A vitória do PSD, que com o CDS-PP formou um governo sustentado por uma maioria absoluta, tranquiliza a troika e a burguesia, que temiam que não surgisse uma maioria que capitaneasse a guerra de austeridade que declararam ao povo português.

Ainda assim não temos uma vitória brutal da direita, como nos tempos de Cavaco Silva ou de Durão Barroso. O PSD, relativamente a 2009, troca praticamente de votação com o PS, tendo sido transferidos cerca de 500 mil votos de um partido para o outro. Mesmo o CDS não obtém a votação que pretendia.

A vitória da direita não significa também uma adesão massiva ao programa neoliberal – tanto que, durante a campanha eleitoral, Passos Coelho jurou querer manter o Estado Social e Portas disse-se à esquerda deste. Os votos na direita, foram, antes de mais, o meio mais eficaz encontrado pelos eleitores para derrotar Sócrates.

O PS perde 25% dos seus votos de 2009. E perde um milhão de eleitores relativamente a 2005, pagando a factura de seis anos de austeridade, que culminam com a aplicação dos sucessivos PECs e a convocação da troika/FMI. Este sector do eleitorado que se divorcia do PS iria naturalmente procurar uma alternativa política que lhe garantisse o fim do reinado de Sócrates.

O país virou à direita ou a esquerda preparou a sua derrota?

À esquerda, a CDU mantém o seu eleitorado, até com algumas perdas de votos, mas consegue eleger mais um deputado, descobrindo motivos para cantar vitória. É o Bloco que tem a maior derrota destas eleições. Perde praticamente metade do seu eleitorado e do seu grupo parlamentar, com um decréscimo homogéneo nas principais cidades do país. Para relati-

vizar a derrota tem-se dito que se trata de um retorno a 2005, porém o Bloco tem menos 76 mil votos que nessa data e inclusive o seu grupo parlamentar não esteve longe de ter sido ainda mais reduzido. Uma queda desta dimensão não deve ser relativizada, mas compreendida.

A vitória da direita, a derrota do PS e a queda abrupta do Bloco estão relacionadas. Só uma movimentação profunda no país pode explicar esta mudança. Uma visão superficial facilmente encontra resposta: o país virou à direita! Vários camaradas têm explicado que a crise e a intervenção do FMI geraram um clima de medo que prejudicou a esquerda. O problema é que não conseguem explicar que, num país que vira à direita, haja as maiores lutas das últimas décadas, desde as manifestações multitudinárias da CGTP, à Greve Geral e, sobretudo, ao 12 de Março. A teoria da “viragem à direita” tem apenas uma vantagem: fazer crer que a derrota não se deve a erros da esquerda, mas a uma mudança no país que lhe é externa.

A questão de fundo é que, desde 2009, que o Bloco não apostou em ser a principal ferramenta para a construção de uma esquerda que corresse com Sócrates e o substituísse. Na VI Convenção, o Bloco propôs-se a “retirar a maioria absoluta” ao PS, e não a derrotá-lo. De seguida, começa a preparar uma candidatura para a Presidência da República ao lado de Sócrates, apoiando o seu candidato, Manuel Alegre. Em Janeiro, quando o ódio a Sócrates estava já maduro, viu-se o resultado dessa opção.

A conclusão não pode ser outra: a negativa do Bloco em construir uma alternativa para o derrube de Sócrates construiu, durante anos, esta derrota.

Manuel Afonso



DE OLHOS BEM ABERTOS ■

É a política, estúpido (a propósito dos resultados do Bloco de Esquerda)

Há uma nefasta tendência da esquerda, quando obtém maus resultados eleitorais, de culpar a “burrice” do povo. Um dirigente local do Bloco de Esquerda, ao comentar para a imprensa as razões pelas quais, no seu distrito, não se conseguiu reeleger o respectivo deputado bloquista, disse, mais coisa menos coisa: “É nestas ocasiões que me apetece dizer: desculpem que eles não sabem o que fazem”, insinuando a suposta ignorância popular, para justificar a perda (no caso do BE) de perto de 300.000 votos, nas eleições legislativas de 5 de Junho.

É um argumento fraco, pois o (mesmo) povo não passa de inteligente (em 2009, quando concedeu meio milhão de votos e 16 deputados ao Bloco) a “burro” em cerca de 18 meses. O que aconteceu então que explique o tsunami de desgraças ao nosso Bloco de Esquerda?

Todos referem, analistas independentes inclusive, que a apresentação da moção de censura foi um erro, que a recusa da ida à reunião com a troika foi um desastre, e até o próprio e insuspeito Luís Fazenda, recentemente na TV, avançou com outro “erro”: a reunião com o PC pouco antes das eleições. Pode ser que tudo isto tenha alguma razão de ser, e tem certamente, mas estes erros, se o foram, têm uma génese. E é esse processo que os dirigentes do BE pretendem ocultar. E por uma simples razão, vão continuar a persistir no “erro”.

E colocámos entre aspas “erro” porque, se persistirem nele, então não é mais um erro, mas sim uma orientação deliberada, pensada há muito tempo e que agora, sem tibiezas e hesitações vão levar consequentemente à prática. Do que falamos? Das anteriores (António Costa, na Câmara de Lisboa, e Manuel Alegre, nas eleições presidenciais deste ano) e, principalmente, das futuras alianças (e governos) com o ... PS.

Na verdade, o principal erro, não só do BE (façamos justiça), mas também do PCP, que contribuiu para a vitória da direita nestas eleições legislativas resi-

diu na orientação comum a estes dois partidos de se negarem sistematicamente (quando ambos tinham ainda há ano e meio cerca de 20% do eleitorado) a criar uma plataforma de unidade. Uma plataforma de esquerda que convidasse socialistas descontentes com Sócrates para que a incorporassem e muitos independentes, certamente disponíveis, de modo a que à esquerda se visualizasse uma possibilidade, por mais remota que fosse, de alternativa ao vira ao disco e toca o mesmo (há mais de 30 anos), ora de governos PS, ora de governos PSD (ou PSD/CDS).

O BE seguiu o conselho (de Jerónimo de Sousa), que afinal também era a sua orientação, como se veio a verificar, de “cada um ir na sua bicicleta” (o que já fazem há cerca de década e meia), e o resultado ficou à vista. Como em 2009 também cada um foi na sua bicicleta, o povo (inteligente, dizemos nós) retirou a maioria absoluta ao PS. E agora como os partidos de esquerda de novo se apresentaram divididos e não estiveram à altura dos desafios que a situação lhes impunha, o povo teve que votar PSD para correr com Sócrates do poder.

E ainda há quem diga que o apoio ao Manuel Alegre, candidato de Sócrates nas presidenciais e apoiante activo deste a um terceiro mandato na última campanha, nada teve que ver com o desastre eleitoral do Bloco. É caso para dizer, o pior cego é aquele que não quer ver. Sabemos pela imprensa que outras vozes próximas da direcção do BE consideram que o BE devia mais cedo se ter mostrado disponível para governar com o PS (talvez por isso, Fernando Rosas tenha dito que tal não ocorreu não porque não quisessem, mas porque este partido teria subscrito o programa da troika para Portugal), deixando antever que essa será a orientação futura.

Com efeito, o que mais tememos não é (já) não se reconhecer que o BE “errou” em toda a linha. A moção de censura e ausência à reunião com a troika,

tudo não passou de tentativas desesperadas de o BE descolar da imagem de partido que “esteve ao lado” do governo durante mais de 6 longos meses. Se não tivesse sido este factor o mais importante para a queda do Bloco nestas eleições porque razão o partido mais penalizado foi o BE, mais ainda do que o próprio PS? Se o povo queria Sócrates fora do poder, quais os partidos que tinha que penalizar? O do governo e o que mais lhe esteve próximo? Qual? O BE, naturalmente. É certo que sabemos que o BE fez uma oposição cerrada nos últimos meses contra o governo do engenheiro Sócrates e as medidas da troika, mas já veio tarde de mais. O leite já tinha sido derramado há muito.

Agora há que mudar de rumo. Convocar-se uma convenção, no mínimo antecipada (se não se quiser uma extraordinária), de modo a devolver a voz a todos os militantes. Se não se abre caminho nesse sentido é porque se quer persistir nas mesmas políticas.

Talvez agora se percebam as palavras de Francisco Louçã, ao *Diário de Notícias*, a cinco dias das eleições (*DN*,31/5). Pergunta do jornalista: “Está indisponível para um governo socialista. O Bloco vai ser sempre um partido de protesto?” Resposta de Louçã: “Não, a nossa grande aposta dos próximos anos é abrir caminho para que haja um governo de esquerda”. Pergunta de novo o jornalista: “(...) como é que prefigura esse governo [de esquerda]? Resposta de Louçã: “(...) Nesse contexto, vai ser preciso uma esquerda de enorme capacidade, competência e combatividade que ponha como objectivo chegar ao governo, disputar o governo, ter cargos governamentais, orientar a política económica e financeira do país ...”.

Está tudo dito. Foram declarações antes de se saber a hecatombe eleitoral que aí vinha. Ou talvez ele até soubesse o que aí vinha. Não pensava é que era tanto. Não que o não tivéssemos avisado.

Gil Garcia



Em referendo, os islandeses recusaram-se a pagar a dívida de 3,7 mil milhões de euros do banco privado Icesave aos governos holandês e britânico.

Governo toma posse para cumprir programa da troika

Passos Coelho e Portas querem ir ainda mais longe: rever a Constituição para acabar com o despedimento por justa causa, privatizar a distribuição da água e a RTP, destruir o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social.

A estreia de Passos Coelho no Parlamento não começou bem: algumas recusas de peso de convidados para a pasta das Finanças (Eduardo Catroga e Vítor Bento) e dois chumbos seguidos – um facto inédito – na eleição do seu primeiro candidato à presidência da Assembleia da República, Fernando Nobre. Indícios bastante evidentes de que a maioria absoluta da direita não é assim tão confiável como isso e pode reservar surpresas, principalmente na situação de instabilidade social que se pode prever para breve.

Se a Grécia mostra até onde pode ir a voracidade do capital,

mostra também o nível que a indignação de populações espoliadas pode alcançar. Chantageado pela troika a aceitar um novo plano de austeridade que prevê milhares de despedimentos de funcionários públicos, nova baixa de salários e pensões e um programa de privatização que só deixa em mãos do Estado praticamente as ilhas e o Pártenon, o povo grego declarou guerra ao governo. Já fez três greves gerais só este ano, mobilizações gigantescas em Atenas e apagões de 48 horas por conta da greve dos trabalhadores da empresa de electricidade.

Portugal chega lá?

Que ninguém se engane com a aparente docilidade pós-eleitoral dos portugueses frente à troika e as suas medidas de ajuste. Quando estas medidas, já aprovadas pela troika local (PS, PSD e CDS-PP), começarem a fazer-se sentir nos bolsos e nas vidas dos trabalhadores, dos jovens, dos desempregados e dos precários, certamente haverá uma reacção.

Até agora, as lutas e as urnas conseguiram o seu objectivo imediato, ou seja, retirar Sócrates do poder, nem que fosse através do voto na direita. Com a direita no poder a aplicar a mesma política

de Sócrates, e com os agravantes já previstos, uma nova Grécia – agora no nível da resposta – poderá estar a ser gestada.

O presidente da Caixa Geral de Depósitos, Faria de Oliveira, como fiel porta-voz da burguesia, em especial da banca, disse esperar que o próximo governo seja um “governo de guerra”. Passos Coelho, em seu discurso de posse, já admitiu novas medidas de austeridade, além das já acordadas no memorando da troika. Isso sem falar na tão falada revisão constitucional acalentada pelo PSD, com a destruição do Serviço Nacional de Saúde e

a facilitação dos despedimentos.

Tudo indica que Portugal chega lá... à Grécia.

Dívida impagável

Mais um ponto em comum com a Grécia: a dívida portuguesa também é impagável. O default grego, isto é, o não pagamento da dívida aos credores, está por um fio. E é só por isso que a chanceler Angela Merkel e outros admitem a sua reestruturação, ou, em português mais claro, um default (calote) programado. Dão-se anéis para não perder os dedos.

Ao trilhar o caminho da troika – iniciado alegremente por Sócrates com a sua sucessão de PECs –, Portugal trilha também o caminho da Grécia rumo à bancarrota, à miséria da maioria para proveito de uns poucos. Na Grécia – mas também em Portugal num ritmo um cadinho mais lento – todo mundo já percebeu quem são os donos da União Europeia e da moeda única. França e Alemanha é quem apitam o jogo, numa partida em que já se sabe de antemão quem serão os vencedores.

A saída – e aí foi a Islândia que deu o recado – é subverter as regras do jogo e referendar o pagamento da dívida. Antes que alienem Portugal, e nos deixem a Torre de Belém como lembrança, é preciso uma forte campanha de consciencialização de que é preciso parar a sangria: suspender o pagamento e realizar uma auditoria sobre a dívida soberana para verificar quem deve, para quem deve e quanto deve.

As lutas vão recomeçar e terão novo alvo: uma maioria, um governo e um presidente.

Cristina Portella

“Convergência e Alternativa” para governar com o PS

O Manifesto defende a unidade BE-PCP para que “o PS reconheça que tem um interlocutor com quem pode fazer um acordo”.

No início de Maio foi lançado, por membros da “esquerda do PS” e da Renovação Comunista, um Manifesto, subscrito também por militantes do Bloco de Esquerda e independentes, intitulado “Convergência e Alternativa”, que promove agora reuniões abertas, assumindo-se como um movimento que defende a unidade BE-PCP e a suspensão do pagamento da dívida.

É até irónico ver bloquistas que eram, na Convenção do BE, contra estas mesmas propostas que o Ruptura/FER apresentava, subscreverem alegremente o Manifesto. Parece incoerência, mas não é: o Manifesto propõe na realidade pagar a dívida e governar com o PS.

Pagamento da dívida

Na verdade, este movimento, que parece progressivo e à esquerda do BE e PCP, defendendo a suspensão do pagamento da dívida, direcciona a sua proposta no mesmo sentido destes partidos, na defesa da reestruturação da dívida externa, em vez de acumular forças para impor a suspensão do seu pagamento, como defendemos.

Reestruturar significa reconhecer parte substancial da dívida e, consequentemente, atrelar o país a um pagamento prolongado, à recessão e à austeridade. Opor-se a esse roubo não é o objectivo deste movimento, que não se assume contra intervenção do FMI e da União Europeia e que defende o mesmo que a

burguesia, a UE e o FMI: o pagamento da dívida.

Governo das Esquerdas

Para aplicar este programa, o Manifesto defende um “Governo das Esquerdas”. Propõe a unidade BE-PCP não como alternativa ao centrão, mas para que “o PS reconheça que tem um interlocutor com quem pode fazer um acordo”.

Esta afirmação resume o projecto de uma Frente Popular, que pinte de esquerda a solução capitalista para a crise. Isto porque o PS é um dos pilares do regime, comprometido com a burguesia rentista e financeira que criou a crise e que necessita da austeridade para recuperar dela. Acreditar que o PS governará a

esquerda é bem mais utópico do que defender uma saída anticapitalista para a crise.

Novo sindicalismo?

Associado a este manifesto surge um outro, intitulado “Por uma Nova Agenda Sindical”. Subscrito por dirigentes sindicais, académicos e activistas dos movimentos de precários, baseia-se em duas ideias: “reforço da democracia interna” e “repensar a relação dos sindicatos com os partidos”. Mas, subscrevendo-o, encontramos dirigentes sindicais que vivem da falta de democracia nos sindicatos e os subordinam a agendas partidárias.

Veja-se o exemplo da direcção do SPGL – bem presente entre os signatários –, que traiu a luta

dos professores, assinando acordos com o governo nas costas dos professores em luta, ou dos dirigentes do SEP e da FNAM. Podemos concluir que este Manifesto não passa, assim, de outra vertente de um projecto de governação com o PS, que pretende para isso amestrar o movimento sindical.

São precisos novos projectos no plano político e sindical que não sejam mais do mesmo. Que digam não a esta dívida, que procurem organizar os trabalhadores para a luta contra troika e a austeridade, que apontem uma saída anticapitalista para a crise, sem ilusões em qualquer governo PS. Esse sim é o nosso Manifesto.

Manuel Afonso



A troika, com Poul Thomsen (à esquerda), do FMI, à frente, quer aplicar a receita tradicional: cortes nos salários, na saúde e educação e aumento de impostos

O FMI faz mal à saúde?

A resposta é científica e é sim. Corta nas verbas para a saúde, provoca ansiedade e aumenta a depressão.

Há um debate na comunidade científica em que várias organizações, vários médicos, técnicos e cientistas mostram inúmeros trabalhos sobre os efeitos brutais das medidas do FMI na saúde. Baker e colegas escrevem no *International Journal of Health Services*: “O FMI está severamente implicado na história da pandemia da SIDA, na fraqueza subjacente dos serviços de saúde e na ideologia dos cortes na despesa que está subjacente aos ataques ao financiamento da luta contra a SIDA”.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, “Sob a pressão de um pacote de medidas globais, orientadas para o mercado, incluindo uma redução do papel do Estado (...) e do investimento, um modelo diferente [de políticas de saúde] começou nos anos 80. (...) Os programas de ajustamento, seguindo o consenso de Washington, tiveram – e continuam a ter, de outras maneiras políticas programáticas – uma dependência excessiva nos mercados para a resolução de problemas, o que se tornou prejudicial”.

Stuckler e colegas, da Universidade Oxford, no artigo “Uma avaliação do discurso do FMI nas políticas de saúde”, classificam o dito discurso como falso e indicam que há uma correlação negativa entre as suas políticas e os resultados na saúde pública.

Efeitos na Irlanda

O exemplo da saúde demonstra que as políticas do FMI são a de enriquecer os ricos e empobrecer os pobres e que dali não vem nenhuma “ajuda”, como lhe chama a imprensa.

Uma das principais medidas do FMI é sempre um ataque brutal ao Estado Social. Um trabalhador, além do seu salário (normalmente magro e com tendência a diminuir), tem ainda (poucos) benefícios que retira do Estado. Vai ao hospital, é internado e não paga. Vai à farmácia, e os medicamentos têm uma participação do Estado. Ora, tais benefícios são dos principais alvos do FMI.

Na sua “ajuda” à Irlanda, o FMI exige a diminuição de um bilião de euros no orçamento da saúde para 2011. Ora, num país que neste momento tem cerca de 15% de desemprego e em que, segundo a ILCU (Irish League of Credit Unions), 20% das pessoas ficam com apenas 70 euros por mês depois de pagarem as suas contas, será “ajuda” chegar ao hospital e ter os serviços piores (com menos 1 bilião de euros com certeza que não vão melhorar), provavelmente a pagar, e com os medicamentos mais caros?

Mais, a própria crise do capitalismo já tem efeitos nefastos sobre a saúde irlandesa, existindo um aumento da taxa de depressão e ansiedade - que afectará, claro, aqueles que têm contas para pagar, que estão precários, desempregados, etc.

Privatização da saúde

A saúde, de acordo com os planos do FMI, passará a ser um luxo de alguns. Acesso a hospitais, consultas, análises, radiografias e demais exames, acesso a medicamentos, internamentos, tudo isto será só para alguns, os que podem pagar. Os ricos ficarão com médico privado, e os pobres, privados de médicos.

Só a união dos trabalhadores do sector da saúde com os utentes do SNS poderá impedir essa barbaridade e defender a saúde pública. É preciso que a classe trabalhadora defenda o SNS como uma conquista popular indispensável à sua qualidade de vida. É preciso que o SNS tenha profissionais bem pagos, com ordenados e horários dignos, com todos os meios disponíveis e com toda a qualidade.

É necessária uma luta intransigente contra o aumento das taxas moderadoras e dos preços dos medicamentos, contra os cortes orçamentais na saúde pública e a privatização dos hospitais e serviços de saúde. É preciso, isso sim, dar cabo da saúde do FMI e dos seus amigos!

FMI fora de Portugal!

Por um Serviço Nacional de Saúde público, universal, gratuito e de qualidade!

Unidade dos trabalhadores da saúde contra as políticas do FMI!

Unidade dos trabalhadores da saúde e dos doentes na defesa dos seus direitos!

Manuel Neves

Acordo com a troika decreta a morte do SNS

O objectivo é acabar com a saúde pública e abrir ainda mais as portas para a medicina privada.

Em Portugal, Ana Jorge (a versão mais calada de Correia de Campos) já subiu o preço dos medicamentos e das taxas moderadoras, iniciando a escalada de violência nas medidas sobre a saúde a que as políticas do FMI obrigam. Considerou ainda, em Maio, que “os portugueses vão a demasiadas consultas médicas”, indicando claramente que o seu número tem de diminuir. Ora, num país em que o tempo de espera para uma consulta com um médico de família é obscuro, a ministra “socialista” quer

reduzir o número das consultas?

Segundo o acordo com a troika, o governo eleito tem de reduzir substancialmente as isenções em 2011, o que significa que vários doentes crónicos, já com bastante dificuldades devido à doença, e sujeitos a medicamentos e tratamentos para toda a vida, pagarão mais por eles.

O acordo, que é uma autêntica pena de morte do Sistema Nacional de Saúde, fala em “Cortes substanciais (cerca de 2/3 dos benefícios fiscais para o sistema de saúde, incluindo os

benefícios dos seguros privados de saúde)” e, como corolário, que “os gastos orçamentais para estes sistemas serão reduzidos em 30% até 2012, seguidos de mais 20% em 2013. Nos anos seguintes estas reduções irão continuar a um ritmo semelhante visando o seu auto-financiamento até 2016. Os custos orçamentais destes sistemas serão reduzidos através de uma redução da entidade patronal (Estado) e através de um ajustamento do leque de serviços disponibilizados...”. **M.N.**

PROFESSORES

O futuro não está escrito

O final do ano lectivo aproxima-se. O calor já se vai fazendo sentir. Para os professores (que vão tendo trabalho) as avaliações estão aí e as correcções de testes, reuniões, grelhas de avaliação dos alunos e relatórios de avaliação (com evidências!) não param.

E, no entanto, a nossa vidinha decorre no meio de uma ebulição mundial. Com greves na China, cercos ao parlamento em Atenas e Barcelona, com o Norte de África a mostrar que a Tunísia foi só o início. Por cá, depois das grandes mobilizações da Greve Geral e da “Geração à Rasca”, os partidos parlamentares apostaram tudo nas eleições. Cerca de 2 milhões e 800 mil pessoas votaram PSD e CDS por estarem fartas da política que Sócrates protagonizou. Mas no pacote vinha o plano da troika, e o novo governo da direita unida toma posse e anuncia desde já que o caminho é mais do mesmo, mas mais profundo.

Cerca de 10 milhões de pessoas submetidas a um caminho cego de cortes sem fim em tudo o que ainda é público, privatizações dos dedos – porque os anéis já se venderam – e o contínuo favorecimento do poder económico e financeiro, enquanto só há mais austeridade e miséria para os trabalhadores e o povo em geral.

Neste contexto, os professores não podem esperar nada de bom deste novo governo. À avaliação de Sócrates, Milú e Alçada, somar-se-á uma qualquer outra “reforma” com o único objectivo de gastar menos dinheiro na Escola Pública. Precarizando e escravizando cada vez mais quem ensina e trabalha nas escolas e deixando alunos e famílias à mercê de uma espécie de serviços mínimos de Educação.

Mas o mundo não pára. E a História também não.

As crises cíclicas do capitalismo originam de maneira cada vez mais forte ciclos de desemprego, miséria e ataques predadores aos serviços públicos, enquanto os accionistas “de referência” dos grandes bancos e empresas vivem épocas de lucros obscenos. Mas os povos da Europa e do Mundo estão a provar que a História não está escrita. Que não têm que ser os trabalhadores e o povo a pagar as crises.

Os professores e a população portuguesa terão que seguir esse caminho. O da luta pelo direito ao futuro. Ao nosso futuro!

Os professores contratados têm a sombra do desemprego do dia 1 de Setembro no horizonte. Quantos mais ficarão sem trabalho e sem esperança? Há três meses os sindicatos previam 30 a 40 mil. Mas a direita unida com certeza que vai querer ir mais longe e despedir ainda mais colegas!

Empregados e desempregados, contratados e efectivos, temos que nos unir e lutar para vencer os planos de miséria que nos querem impingir. Não nos podemos dar ao luxo de esperar mais, até que todos os efeitos dos planos das troikas (FMI, BCE, CE e PS, PSD, CDS) se façam sentir, como na Grécia ou na Irlanda. Lá como cá, depois da austeridade vem sempre mais austeridade. Há que virar o bico ao prego.

Délio Figueiredo

Já é compreensível para muitos: o pacote de “ajuda” de € 78 mil milhões do FMI/União Europeia não vai ajudar em nada o povo português nem salvará a economia portuguesa da recessão. Basta olhar para a Grécia, enterrada numa crise social sem precedentes após o pacote similar de Maio de 2010, ou para a Irlanda, forçada a aceitar um empréstimo em Novembro passado para salvar a banca privada dos resultados das suas próprias iniciativas especulativas, e onde a crise não apresenta fim à vista. O resgate do FMI não está aí para relançar a economia do nosso país em bases produtivas (única maneira de o fazer sair da recessão), mas sim para salvar os mercados financeiros, ou seja, os interesses dos credores.

Ganha assim força a ideia entre os comentadores da nossa praça de que o colapso da Grécia rapidamente contagiará os dois países também intervencionados pelo FMI/UE (Irlanda e Portugal), o que seria um golpe profundo no “projecto europeu”. A tragédia grega de não ter dinheiro para pagar a sua dívida mesmo com a injeção do empréstimo externo seria a tragédia da União Europeia (UE) e poderia levar à sua implosão. E o primeiro passo desta implosão seria a saída da Grécia do euro – podendo seguir-se a mesma solução para a Irlanda e Portugal.

O que é o euro?

Criado em finais do século passado com o objectivo de concorrer com o dólar nos mercados cambiais, o euro foi uma tentativa de unificar os interesses distintos e por vezes contraditórios das várias burguesias europeias face ao imperialismo americano sob a direcção da Alemanha e da França. A adopção desta moeda única significou a perda de soberania nacional na emissão de moeda – foi o Banco Central Europeu (BCE) que passou a deter essa prerrogativa – e a imposição de critérios comuns para os défices orçamentais (exigindo-se que não ultrapassem 3% do PIB em cada país) e para as dívidas públicas (que não podem ser su-

O Euro vai desmoronar? E daí?

Ganha força a ideia de que a “tragédia grega” de não ter dinheiro para pagar a sua dívida, mesmo com a injeção do empréstimo externo, seria a tragédia da União Europeia e poderia levar à sua implosão.



periores a 60% do PIB).

Actualmente são 16 os países que integram o euro, ao passo que 11 outros pertencem à UE mas mantêm as suas moedas nacionais. O que prova que há vida para além do euro, ao contrário do que muitos comentadores do sistema pretendem fazer crer...

O que significaria para a classe trabalhadora sair do euro?

Sair do euro implica regressar às moedas nacionais, o que permitiria aos governos usarem o mecanismo da desvalorização cambial para conseguirem exportações mais baratas. Isso poderia trazer a uma economia anémica como a nossa uma vantagem concorrencial imediata nos mercados internacio-

nais, daí que possa haver algum interesse da burguesia nesta saída para a crise.

Mas os países que optassem por sair da moeda única teriam também dificuldades em aceder a financiamento externos (muito mais caros por continuarem a ser feitos em euros), e os credores veriam as suas dívidas em risco de não ser pagas. As importações seriam mais caras, os salários perderiam poder de compra, etc.

Mas o certo é que os trabalhadores estão já a perder poder de compra com sucessivos cortes salariais e aumentos de impostos ...e estamos no euro! Quanto aos credores, quem são eles senão capitalistas financeiros que especulam com as dívidas soberanas dos países? Aliás, desde a adopção do euro

que é visível uma maior sucção da mais-valia produzida pelos trabalhadores e uma cada vez maior concentração dessa riqueza na banca. O capital financeiro já ganhou muito, perderia com a saída do euro... E depois?

Risco de implosão da UE

O pânico da burguesia europeia de qualquer dos países mais endividados decidir sair do euro tem razões políticas: é provável que a própria UE implodisse, já que o nível de desacordo acerca do euro dificilmente permitiria aos países continuarem juntos no projecto europeu. E daí? Não é a UE uma união das burguesias europeias contra os trabalhadores europeus? Não tem sido uma máquina de guerra contra os di-

reitos sociais e laborais de quem trabalha ou trabalhou? Na verdade, a desagregação do euro e da UE poderia até dar mais força à luta dos trabalhadores contra o capital, que agora estaria mais fraco e, como tal, fragmentado.

Que política de esquerda para o euro e a dívida?

Por isso não entendemos que um partido como o Bloco de Esquerda tanto se assuste com a ideia da saída do euro e da UE (ver textos da última Convenção). Assim como não entendemos que quer BE quer PCP defendam a renegociação da dívida externa, ou seja, a concertação entre governos e instituições do capital para pagamentos da dívida mais “suaves”, com juros mais “benéficos”, etc.

Trata-se duma ilusão, porque significaria continuar a deixar a economia nas mãos do capital financeiro e permitir que ele continue a ditar as regras. Seria como quando alguns de nós renegociamos as dívidas das nossas casas: as condições são menos draconianas, mas os altos juros continuam lá, os lucros da banca continuam lá. As nossas casas já estão realmente pagas há anos, mas a banca não abdica de sufocar as famílias com décadas de prestações, mesmo que um pouco mais suaves...

Do que o povo português (e o grego, e o irlandês) necessitam é de deixarem de pagar a dívida que os sufoca, e tomarem medidas anticapitalistas para uma verdadeira recuperação económica, a começar pelo relançamento da produção industrial, agrícola e pesqueira, sob controle dos trabalhadores. Isto poderia ser feito desde logo com os €16 008 milhões que estão em off-shores e que em 2010 representavam 10% do PIB (e cuja cobrança de impostos pelo Estado faria com que o défice passasse de imediato para 1,9%!). Tais medidas certamente implicariam romper com os privilégios do capital financeiro e o euro.

E daí??

**José António Dias
Ana Paula Amaral**

Saída do euro é tema de debate na imprensa

Defendido discretamente pelo PCP, e assunto tabu no Bloco de Esquerda, a saída do euro tornou-se tema de debate na imprensa. O economista Ferreira do Amaral, da área do PS, ex-assessor de Mário Soares e Jorge Sampaio, defende que Portugal deveria usar o dinhei-

ro da troika para preparar uma saída ordenada do euro.

O economista argumenta que essa saída é inevitável e melhor seria o país preparar-se para ela. “Deixámos apodrecer a nossa situação e já nos estão a impor juros de 12 por cento que só não estamos

a pagar porque temos o crédito da troika”, disse ele ao jornal *Público*.

A saída do euro também é prognosticada pelo economista Nouriel Roubini, famoso por ter previsto a crise financeira desencadeada pela bolha do imobiliário nos EUA. Neste caso, ele considera que a

zona euro tratará de expurgar os seus membros mais fracos, entre os quais Portugal.

O coordenador do Bloco de Esquerda considera que Portugal deve resistir ao facto de estar a ser empurrado a sair do euro, o que traria consequências terríveis ao país, pois haveria uma “desvalorização de 30% da moeda”.

O que está claro é que esse debate deve ser feito, e a hipótese de sair do euro deve estar associada a um programa de medidas anticapitalistas para proteger os trabalhadores e a economia do país, como a nacionalização da banca, o aumento geral dos salários, o monopólio do comércio exterior pelo estado, etc.

“Democracia Verdadeira Já”: a voz da juventude ouviu-se no Rossio



Um movimento inspirado no protesto espanhol e a expressar a mesma vontade de mudança e de repúdio ao regime da Geração à Rasca.

A 20 de Maio, convocado via facebook, e-mails e sms, iniciou-se em frente ao consulado de Espanha em Lisboa o movimento “Democracia Verdadeira Já!”, em solidariedade com o protesto iniciado a 15 de Maio (15-M) no Estado Espanhol. No dia seguinte, decidiu-se montar um acampamento na Praça do Rossio, que, juntamente com as assembleias populares, passou a marcar os finais de tarde daquela praça lisboeta durante muitos dias consecutivos.

Influenciados pelas mobilizações árabes, por uma Grécia que se mantém em luta, pelas manifestações que não têm dado descanso em várias capitais europeias (Londres, Berlim, Bruxelas...), e em sintonia com as acampadas que se multiplicaram no Estado Espanhol, os participantes das assembleias populares do Rossio recusaram-se a aceitar o apelo de limitar a luta ao voto e quiseram manter vivo o espírito do 12 de Março, da Geração à Rasca.

Em contra-corrente

No contexto nacional, a ocupação do Rossio, assim como de outras praças em Coimbra e no Porto, surge em contra-corrente: em pleno processo de trégua eleitoral, com a troika/FMI nos nossos calcanhares e com a diluição do movimento Geração à Rasca, que, no dia 12 de Março, levou mais de 200 mil pessoas às ruas das principais cidades do país.

Este movimento foi vitorioso na medida em que provocou o chumbo do PEC 4 e a queda do governo PS. No entanto, ao não ter tido continuidade com mais mobilizações e protestos (na tradicional ausência de lutas pré-eleitorais decretada pelas direcções sindicais), não deu resposta política à vinda do FMI/Troika e deixou espaço para que a massiva

campanha mediática da “necessidade” da “ajuda” externa para pagar a dívida surtisse efeito.

Ausência de democracia

Todos os dias ao final da tarde começava a assembleia em que se discutiam e votavam as propostas trazidas pelos diferentes grupos de debate/discussão.

Por estas assembleias passaram principalmente jovens, mas não só. Muitos deles fazem parte de um enorme sector social que não se sente representado por nenhum partido político ou sindicato, são trabalhadores precários e estão revoltados com a situação do país, de desemprego e falta de perspectivas. Mais do que um apartidarismo generalizado, o que existe é uma profunda rejeição aos partidos do regime (PS, PSD e CDS) e uma grande desconfiança dos partidos de esquerda e do sindicalismo existente, que acabam por não lhes dar voz ou incorporar as suas inquietações e se acomodam à democracia formal.

Contra o FMI e a troika

Alguns dos pontos centrais dos debates foram novas formas de democracia e o memorando de entendimento entre FMI/troika e PS, PSD e CDS. Dessas discussões surgiu um manifesto que repudiava as medidas de austeridade que colocam nas costas dos jovens e dos trabalhadores os custos de uma crise e de uma dívida que não são suas. Para além disso foi consensual a exigência de um referendo que, à semelhança da Islândia, perguntasse ao povo se queria ou não pagar esta dívida.

A consequência directa das assembleias populares foi a manifestação de 28 de Maio, convocada pelo “Democracia Verdadeira Já!” e que contou com cerca de 700 pessoas, sendo sua principal pala-

vra de ordem “Fora daqui, a fome, a miséria e o FMI”.

Ao final de duas semanas a acampada do Rossio foi desmontada, mas o movimento continua, com assembleias populares todas as semanas na mesma praça, grupos de trabalho a funcionar e mobilizações convocadas, como a realizada a 19 de Junho, que reuniu cerca de 500 pessoas.

Unir aos trabalhadores

A principal, e involuntária, fraqueza do “Democracia Verdadeira Já!” está na sua praticamente inexistente ligação com o movimento dos trabalhadores. Contra essa ligação actual o clima de expectativa pós-eleitoral instalado na sociedade e a falta de interesse até agora demonstrada pelos aparatos sindicais. Pelo contrário, a manutenção e o fortalecimento desse movimento só serão assegurados se esta ligação for, de alguma forma, estabelecida.

No Estado espanhol, esta ligação poderá ter começado a 19 de Junho, data para a qual o movimento “Democracia Real Ya!” convocou manifestações em várias cidades do país. Assembleias realizadas em bairros de Madrid também convocaram, para esse mesmo dia, marchas até o Parlamento para protestar contra o desemprego, a precariedade laboral e as péssimas condições de vida da população.

Organizações sindicais, sociais e políticas que se opõem ao Pacto Social feito pelas principais centrais sindicais com o governo Zapatero estão a apoiar as marchas e a convocar jovens e trabalhadores a somarem-se ao movimento para transformar o 19 de Junho numa grande jornada de luta (ver artigo ao lado).

Diana Curado

Protesto em Espanha pede nova greve geral

Mais de 200 mil pessoas manifestam-se contra o Pacto do Euro, os cortes sociais e a corrupção nas principais cidades do país, com destaque para Madrid, Barcelona e Valência.

O dia mal amanhecera quando milhares de moradores de Madrid e cidades vizinhas tomaram as ruas em direcção à Praça Neptuno, no centro da cidade, onde fica o Parlamento. Estávamos a 19 de Junho, data apontada pelo 15-M, movimento surgido nas gigantescas mobilizações de 15 de Maio e cujo lema é “Democracia Real Ya”, para uma nova manifestação de protesto.

Nas seis marchas que confluíram para a Praça Neptuno os manifestantes, de todas as idades, levavam pancartas, feitas por eles mesmos, contra o desemprego, a precariedade laboral, os políticos e banqueiros. Entre as palavras de ordem gritadas ouvia-se: “Que no, que no, que no nos representan”, “Vuestra crisis, no la pagamos”, “Lo llaman democracia y no lo es”, “El pueblo unido, jamás será vencido”. O ambiente era festivo e organizado, contrastando com o grande dispositivo policial montado em torno da praça.

Pacto do Euro

Em Madrid e Barcelona, os manifestantes pediram a convocação de uma greve geral e, na capital catalã, exigiram ainda a demissão do conselheiro do Interior Felip Puig. O conselheiro foi quem ordenou o desmantelamento do acampamento de manifestantes na Praça da Catalunha, em finais de Maio, causando 120 feridos. Os catalães reivindicaram também o levantamento do processo movido contra vários manifestantes que se encontram presos desde 15 de Junho, acusados de, nesta data, terem agredido deputados que iriam discutir novos cortes orçamentais a áreas sociais.

Um dos alvos dos manifestantes foi o Pacto do Euro, um acordo impulsionado por Alemanha e França e aprova-



do em Março pelos governos europeus, que prevê cortes profundos nos direitos sociais. Os eixos do pacto são: aumento da idade da reforma, vinculação dos salários à produtividade, flexibilização do mercado de trabalho, reforma do sistema de pensões e de protecção social.

“Sobram razões para sair às ruas”, comenta Corriente Roja, partido de esquerda do estado espanhol. “Os governos e poderes públicos, longe de solucionarem o drama do desemprego massivo, dos salários de miséria, dos despejos das casas, da falta de futuro para os jovens, continuam com os despedimentos em massa”.

Origem do 15-M

O 15-M teve origem numa jornada de protestos a 15 de Maio que levou dezenas de milhares de espanhóis às ruas. A partir de uma convocação difundida pelas redes sociais da Internet, um grupo de jovens acampou na praça Puerta del Sol, centro de Madrid, e, em poucos dias, foi seguido por outros milhares de jovens, trabalhadores e desempregados.

O 15-M, além de repudiar os ataques do governo espanhol aos direitos sociais, rechaça os partidos tradicionais do país, os sindicatos e as centrais atrelados ao Estado, como a CCOO e a UGT.

Os trabalhadores e jovens não dão trégua ao governo e aos patrões. As manifestações sucedem-se a 15 de Maio, 15 de Junho e 19 de Junho. A próxima tarefa é preparar a greve geral nos locais de trabalho e nos bairros, contra um governo tão desgastado que perdeu 1,5 milhões de votos nas eleições municipais de 15 de Maio.



Luta na Grécia contra austeridade deixa burguesia em pânico

O perigo de calote (ou *default*) da Grécia ameaça tornar-se uma bola de neve que atingirá fortemente o continente, colocará o euro em xeque e atravessará o oceano.

A Grécia parou novamente no dia 15 de Junho, em meio a mais uma greve geral contra as medidas de ajuste fiscal e privatizações do governo do primeiro-ministro George Papandreu. Já é a terceira greve geral no país só este ano contra os planos de austeridade exigido pelo Fundo Monetário Internacional e a União Europeia e que está levando o país à beira de um caos social.

Os principais serviços públicos do país não funcionaram nesse dia, além de vários sectores privados. Até os jornais aderiram ao movimento de greve. Trabalhadores das empresas estatais ameaçadas de privatização pelo governo grego também cruzaram os braços.

Governo em crise

A greve geral e a jornada de mobilizações contra o novo pacote de ajuste fiscal do dia 15 de Junho balançou o governo do primeiro-ministro grego George Papandreu (do partido socialista Pasok). O parlamento deveria iniciar neste dia a discussão sobre mais um plano de ajuste fiscal exigido pela União Europeia e o FMI para a concessão de novo empréstimo, a fim de o país poder continuar a rolar a sua dívida pública.

Diante das cenas de guerra civil, porém, o governo, que já enfrenta profundo desgaste, balançou. Papandreu anunciou a dissolução do actual executivo e a formação de um novo que, segundo ele defendia, fosse de “união nacional”. Mas o principal partido de oposição, o direitoista Nova

Democracia, rechaçou o convite de Papandreu para integrar o novo governo - que previa a aceitação incondicional do novo acordo já firmado com o FMI e a UE - e exigiu novas eleições. Os jornais gregos definem de tal forma o impasse: “Papandreu não pode governar, e a oposição não quer”. Assim, o “novo” governo formado sem a oposição de direita não deve superar a crise política.

Protestos radicalizados

Além da greve geral, dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas da capital Atenas no dia 15 de Junho, em protesto contra os planos de austeridade do governo. A polícia montou barricadas de dois metros de altura para proteger o Parlamento dos activistas. Na Praça Syntagma, centro da capital, os manifestantes tentaram cercar o prédio do Ministério das Finanças e foram duramente reprimidos. Cerca de 1500 polícias foram mobilizados para conter as manifestações.

Os choques estenderam-se por toda a manhã no local, e 40 manifestantes haviam sido presos até a tarde. A repressão feriu ainda ao menos cinco pessoas, uma delas gravemente. “Que a plutocracia pague a crise, não o povo”, diziam os manifestantes nas palavras de ordem, assim como “povo, não baixes a cabeça e não te deixes vencer”. “Eles querem eliminar as conquistas sociais de vários séculos”, afirmou à imprensa um dos manifestantes, Vangelis Papadoyannis, funcio-

nário de uma empresa de novas tecnologias. Um trabalhador de uma empresa de electricidade afirmou que “se fosse em benefício do Estado, estaria disposto a fazer concessões, mas estão vendendo só para pagar aos nossos credores”. Além das manifestações, jovens gregos estão há pelo menos 21 dias acampados na praça do centro de Atenas, influenciados pelos “indignados da Espanha”.

Até a última gota

A aprovação do novo pacote de cortes pelo parlamento grego era uma exigência para a liberação da nova parcela da ajuda financeira, de 12 mil milhões de euros, para o país rolar a sua dívida. Pela condição imposta pelo FMI, o parlamento grego deve aprovar o novo pacote até 29 de Junho. A nova medida impõe 6,5 mil milhões de euros em aumentos de impostos e o aprofundamento nos cortes no Orçamento, além de mais privatizações.

As medidas de cortes e privatizações já levaram o país ao recorde de desemprego, com uma taxa de 16% de desocupados. Existe um consenso hoje entre os analistas de que a dívida pública grega, equivalente a um PIB e meio do país, é impagável. Os organismos financeiros internacionais e os banqueiros, porém, parecem querer sangrar o país até o limite, antes de renegociar as dívidas e as condições de pagamento.

Diego Cruz, do *Opinião Socialista* (jornal do PSTU)

As consequências do *default*

O cada vez mais iminente calote da dívida grega fez cair as bolsas em todo o planeta e desvalorizou ainda mais o Euro. Em meio ao caos instalado na Grécia e após três anos de recessão, o Comissário de Assuntos Económicos da UE, Olli Rehn, exigiu que o país deixasse de lado as “disputas domésticas” para acelerar a aplicação do plano de contenção fiscal e privatizações.” A violência policial contra os manifestantes e a pressão brutal do FMI e demais países europeus têm explicação. O perigo de calote da Grécia ameaça tornar-se uma bola de neve que atingiria fortemente o continente, colocaria o Euro em xeque e atravessaria o oceano. A agência de risco Moody’s rebaixou a nota dos três principais bancos franceses, Credit Agricole, BNP

Paribas e Société Generale, pelo seu envolvimento na dívida grega, tanto no sector público quanto privado. A Alemanha, por sua vez, será um dos mais prejudicados em caso de “default”.

Os bancos franceses detêm o equivalente a 56 mil milhões de dólares da dívida grega. Já os bancos alemães têm nas mãos papéis da Grécia que equivalem a 33 mil milhões. Num cenário de moratória, a crise chegaria aos EUA, pois os bancos norte-americanos são os principais emissores de CDS (credit default swaps), espécie de seguro contra calotes. Esses são os inimigos dos jovens e trabalhadores gregos que acampam nas praças do país e enfrentam a polícia a fim de defender seus empregos e direitos sociais. **D.C.**

Marcha LGBT sai às ruas em Coimbra e Lisboa

Nos dias 17 de Maio e 18 de Junho, centenas de pessoas protestaram contra o preconceito. É preciso relacioná-lo com os efeitos perversos que provoca na vida quotidiana dos e das LGBT.

Exactamente um ano após a promulgação do alargamento do casamento civil a pessoas do mesmo sexo em Portugal e 21 anos após a retirada da homossexualidade pela Organização Mundial de Saúde da sua lista de doenças mentais, realizou-se em Coimbra a 2ª Marcha contra a homofobia e transfobia. Estiveram presentes cerca de 300 pessoas que reivindicavam direitos iguais e o fim da homofobia e transfobia.

Consideramos esta marcha como muito importante e positiva, mas, para que esta e outras iniciativas sejam consequentes, não podemos deixar de apontar algumas questões para nós fundamentais.

Arma do capital

Antes de mais, as reivindicações desta marcha eram demasiado limitadas, na medida em que apenas combatiam o preconceito no abstracto. Não foram levantadas as questões que afectam diariamente os e as LGBT nos seus locais de trabalho e estudo, tornando a marcha mais festiva que combativa.

Não que as questões do preconceito em si não sejam importantes, mas é preciso também dar destaque às questões laborais dos e das LGBT, principalmente em período de crise. Os e as LGBT são mais precarizados, despedidos e têm menos apoio dos colegas. A homofobia e a transfobia são uma arma do ca-

pital contra os trabalhadores lado a lado com o racismo e o machismo.

É de referir que esta marcha é realizada no dia internacional contra a homofobia e transfobia, decretado pela ONU, em vez de ser nas comemorações da revolta de Stonewall, a 28 de Junho, revolta essa que levantou barricadas contra a polícia durante vários dias em Nova Iorque, pelo fim da repressão a LGBT.

Em Lisboa, o manifesto da 12ª Marcha LGBT procurava colocar um pé na realidade, denunciando que os tempos difíceis que vivemos aumentam as dificuldades das pessoas LGBT em conseguir emprego, moradia e saúde dignos.

Combativas

Não levantamos estas questões por preciosismo ou purismo revolucionário. A verdade é uma: se as marchas não são manifestações combativas e politizadas, representando e juntando trabalhadores e trabalhadoras, acabam invariavelmente por desaparecer ou, pior, cair nas mãos do mercado, que se apodera dessas “festas”, lucrando com a exclusão e guetização que o próprio capital cria e promove.

É assim, combativas e politizadas, que defendemos que sejam as marchas, pois as lutas contra a opressão e a exploração do capital são inseparáveis e juntas têm mais força.

Eduardo Velosa

25 de Abril é comemorado em Barcelos

O Movimento Cívico Amigos de Abril comemorou o 25 de Abril com o lema “Abril Já!”. Um movimento criado para comemorar esta data numa cidade onde nunca foi celebrada, mas, por vezes, até esquecida intencionalmente.

No 25 de Abril deste ano, as comemorações começaram na véspera, com concertos dos grupos Cálculo (hip-hop de intervenção) e Ala Furiosa de Alcoentre. No dia 25 pela manhã, as crianças contaram com um espaço a elas dedicado, onde puderam aprender um pouco sobre a Revolução dos Cravos. Pela tarde houve a primeira manifestação na cidade, que, apesar da pouca adesão, foi sinónimo de uma inovação no sentido de protestar contra as políticas que tanto nos asfixiam todos os dias e cada vez mais, ou seja, de relembrar os direitos que conquistámos e que estamos a perder.

A seguir, assistiu-se ao documentário Story of Stuff, que contou, no final, com uma troca de ideias e opiniões dos presentes. À noite os barcelenses puderam contar ainda com a apresentação da peça Boom and Bang. Entrevistámos dois participantes do Movimento Cívico Amigos de Abril para tentar perceber o porquê da sua criação e os seus objectivos.

O que vos levou a criar este Movimento Cívico?

Andreia Ruivo (AR) – Todos os elementos têm a consciência de que esta data é muito importante. Aachamos que cantar a “Grândola Vila Morena” não é suficiente e queremos fazer algo frequentemente. É preciso reflectir o antes, o agora e o depois. Juntámo-nos e

criámos este movimento para comemorar a data de forma mais digna. Temos consciência que ainda não conseguimos comemorar com a devida grandeza, pois não somos muitos e temos dificuldades impostas pela Câmara Municipal, quer logísticas quer financeiras. Tentamos fazer estas comemorações para todos e não apenas para as gerações mais reivindicativas. Por isso mesmo organizamos um espaço para crianças cujo objectivo foi pedagógico. Explicamos o que é o 25 de Abril através da ajuda de músicas, teatro, jogos, etc.

Vasco Santos (VS) – Aachamos importante lembrar as conquistas de Abril apesar de já algumas se terem perdido. O nosso objectivo não é apenas comemorar mas também lembrar que é possível lutar e conquistar direitos. As pessoas estão um bocado adormecidas, pois somos educados numa sociedade burguesa que anestesia as pessoas para que não façam nada ou para que se façam apenas pequenas reformas, mas temos de ser nós próprios a fazer algo.

Vocês romperam com a tradição de Barcelos de não comemorar o 25 de Abril?

AR - Há três anos surgiu a ideia de comemarmos esta data de uma forma mais organizada, uma vez que em Barcelos ela sempre foi ofuscada quer pela festa das



cruzes, que acontece nesta altura, quer pela governação do município. Nem sequer a assembleia municipal reúne com a sua formalidade em torno da revolução dos cravos. Propositadamente foram arrançadas desculpas para não relembrar o 25 de Abril.

VS – Obviamente que sim. Em Barcelos não se comemorava o 25 de Abril e nós, desde há três anos, fazêmo-lo com poucos apoios, mas com uma grande vontade.

O que achas que pode ser feito contra as actuais políticas?

AR – Há muita coisa que tem ainda de ser feita e não vou falar em nome do grupo mas sim em nome individual. Acho que é essencial for-

mar educadores para ensinar os princípios básicos: verdade, justiça e solidariedade. O sistema tem de mudar e de estar mais atento à formação pessoal, ou seja, o individuo tem de estar consciente de que está no colectivo e tem de trabalhar para ele e que só estará bem quando o colectivo estiver também. A verdadeira revolução é esta. Mesmo que passemos para outro sistema, se a educação não mudar não vai valer a pena. Queremos romper com estas políticas mas também com esta escola. As pessoas têm de pensar e ser habitadas a isso, pois já não há sentido crítico, mas sim uma formatação.

VS – Não é possível mudar nada se não for em conjunto. Este indi-

vidualismo é propositado, ou seja, não é fomentado nas pessoas ao acaso. As pessoas têm de se organizar em partidos, em movimentos cívicos, em sindicatos, etc. Todos eles são essenciais. A transformação real é aquela que traz o bem-comum e só o socialismo é que o pode garantir. É preciso lutar todos os dias e passar essa mensagem e ideias às pessoas. Acho importante não ultrapassarmos a consciência das pessoas para não perdermos o apoio delas, mas é fundamental falar com elas mostrando que é possível outra sociedade, outra via para além da que temos tido e que para isso talvez tenhamos que recorrer a métodos não muito pacíficos. Entrevista de **Joana Oliveira**

Grupo Mello não respeita direitos dos trabalhadores do Hospital de Braga



No dia 9 de Maio, no Hospital de Braga, houve uma manifestação durante a tarde, das 14h às 17h, com cerca de 25 pessoas, e uma vigília à noite, das 20h às 24h, com cerca de 70 pessoas (foto).

Estes actos foram realizados em protesto pelo facto de 39 trabalhadores (administrativos, auxiliares, enfermeiros, técnicos e serviços de apoio) não terem passado para o Hospital novo da cidade e terem sido avisados disso com apenas três dias de antecedência, quando a lei obriga a três meses. Os protestos foram organizados por um médico e vários sindicatos.

Esta ofensiva, lançada pelo Grupo Mello, de não garantir contratação directa a todos os trabalha-

dores para o novo Hospital, tem sido feita sempre com o aval do governo, apesar de a ministra da Saúde ter garantido que nenhum trabalhador iria perder o seu vínculo laboral nem o seu posto de trabalho. O que vemos é o oposto, tendo já alguns trabalhadores passado para a responsabilidade da Administração Regional de Saúde.

Peças de puzzles

Este Hospital é gerido pelo Grupo Mello, que tem já uma his-

tória repleta de negócios obscuros na gestão hospitalar, entre eles no Hospital Amadora-Sintra, cuja administração lhe foi retirada pelo governo Sócrates. No entanto, para premiar a sua incompetência, o mesmo governo ofereceu-lhe o Hospital de S. Marcos, agora Escala Braga.

A enfermeira, Júlia Rodrigues, do Hospital de Braga, é uma das que, com a construção do novo Hospital, viu o seu posto de trabalho transferir-se para um centro de

saúde. Segundo ela, não há nenhum critério legal para a exclusão dos trabalhadores. “Em relação aos enfermeiros visados, visto não haver nenhum critério, foram aqueles que têm dado a cara, inclusive eu, contra esta gerência do Escala Braga”, explicou.

Júlia considera que tanto a gerência do Hospital como a ARS têm culpa na forma em como tudo isto se processou. “É do conhecimento geral que as duas entidades até já se confundem. Quem são estes senhores para pegaram nas pessoas e colocá-las onde bem entendem e para dizerem, com três dias de antecedência, que já não querem os nossos serviços? Não somos peças de puzzles”, argumentou.

Os sindicatos, segundo Júlia, dizem estar a tratar do assunto, inclusive com a apresentação de uma providência cautelar. “Em relação ao meu sindicato, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, vou exigir que faça algo. Se não fizer, mudo de sindicato. Os delegados

sindicais têm sido óptimos nas várias questões necessárias, e não apenas nesta. O SEP fez uma reunião connosco, e o que ficou combinado foi apenas informarmos o conteúdo das cartas e aí logo veriam o que faziam. Apenas dizem que é uma situação ilegal e que pode levar anos a ser resolvida.”

Desrespeito aos doentes

“Eu culpo o Escala Braga porque eles nem sequer sabem tratar as pessoas condignamente. Como hão-de respeitar os profissionais se não respeitam os doentes? Eles não querem qualidade, só se interessam pela quantidade – os doentes são euros, e não são seres humanos. Mas o Escala Braga só fez aquilo que a ARS, com a cobertura do governo PS/Sócrates, lhes permitiu fazer. O Grupo Mello, que está em tribunal devido ao Amadora-Sintra, deveria ter sido excluído de qualquer concurso público se vivêssemos num país sem compadrios”. **Joana Oliveira**

AGIR amplia votação na Universidade do Minho

Mas a unidade das três listas estudantis de esquerda, defendida pelo AGIR, teria permitido a eleição de um representante no Conselho Geral, um reforço importante na luta contra a privatização da universidade.

No dia 3 de Maio realizaram-se eleições para os representantes dos estudantes no Conselho Geral (CG) da Universidade do Minho (UM). Este órgão, criado com o RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), é composto por 23 elementos (12 professores, 6 elementos externos, 4 estudantes e um funcionário), sendo presidido por Braga da Cruz (ex-ministro da Economia no governo do PS de Antonio Guterres).

O AGIR (Agrupamento de Intervenção e Resposta), movimento de estudantes da UM em defesa dos seus direitos e da universidade pública, denunciou, desde o primeiro momento, o carácter antidemocrático deste órgão, no qual os elementos externos à universidade têm mais representantes que funcionários e estudantes juntos. Elementos estes que representam grupos económicos que têm como único objectivo a transformação do ensino em mais uma área “rentável”, o velho paradigma neoliberal aplicado ao ensino.



Activistas do movimento agir na Universidade do Minho durante a greve geral de 24 de Novembro de 2010.

Apelo à unidade

Estas eleições realizaram-se num momento crucial para o futuro da UM, uma vez que o fim de Maio seria marcado pela votação da passagem da UM a fundação de direito privado. Os activistas do AGIR, sabendo da importância desta batalha, lançaram a proposta de unidade ao colectivo Elo Estudantil (JCP, a Juventude do Partido Comunista Português), que, mais uma vez, rejeitou apresentar uma lista conjunta.

Para além do AGIR (lista A) e do Elo Estudantil (lista B), mais duas listas foram a eleições: a C

(lista da actual direcção da Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM), com elementos afectos aos PS/PSD/CDS), e a D (dinamizada por estudantes ligados à direcção do Bloco de Esquerda). Alguns dos elementos que integraram a lista D já estiveram em listas dinamizadas pelo AGIR, no entanto, nas eleições para AAUM no final do ano de 2010, rejeitaram o convite de ingressar nas nossas listas, anunciando que, previsivelmente, nas eleições para o Conselho Geral apresentariam uma lista própria.

O AGIR lamenta que não se tenha elaborado uma única lista de esquerda com todos aqueles que lutam por um ensino superior público democrático e de qualidade, para desta forma se conseguir eleger alguém que, no CG, defendesse intransigentemente a Universidade Pública contra a fundação de direito privado.

Resultados

A lista do AGIR obteve 181 votos, o que significou um aumento de 81 votos comparativamente às últimas eleições para o CG (2009) e o melhor resultado

percentual desde a sua formação (14,6%). A lista B e a lista D obtiveram 38 e 62 votos, respectivamente.

Os resultados das eleições não mentem: os votos das listas A, B e D, reunidos, permitiriam a eleição de um representante dos estudantes que se manifestasse contra a passagem da UM a fundação. Esta política de sectarismo levou a que a actual direcção da AAUM conseguisse voltar a eleger os 4 elementos para o CG. O resultado da lista C (70,5 %) só foi possível devido à rede tentacular que este órgão vem construindo ao longo de muitos anos que lhe permite, no dia das eleições, através dos seus caciques, guiar centenas de estudantes às urnas. Ao longo da campanha entramos em contacto com centenas de estudantes, consciencializando os nossos colegas para os perigos da passagem a fundação.

À esquerda, o AGIR voltou a ser a referência para todos aqueles que não se revêem na actual direcção da AAUM. O excelente resultado atingido pelo AGIR, fruto do trabalho realizado no seio da comunidade, permitiu-nos acumular mais forças para continuarmos na linha da frente pela defesa firme do Ensino Superior Público numa universidade ultraconservadora como é a Universidade do Minho.

Nuno Gerales

É preciso unidade para lutar contra a privatização

No dia 30 de Maio, o Conselho Geral da Universidade do Minho decidiu-se pela passagem da instituição a fundação de direito privado.

Esta modificação no regime da instituição, que se junta assim às universidades do Porto, Aveiro e ao ISCTE, é mais um passo na privatização do ensino público e trará consequências graves para o futuro de alunos, professores e funcionários. Com o novo regime, as principais decisões sobre a instituição serão tomadas por um conselho de curadores externos à universidade e nomeados pelo governo. Com o financiamento vinculado a 50% de receitas próprias, o funcionamento da universidade passará a depender do investimento privado, e os grupos económicos passarão a ter um grande peso nas decisões, inclusive de âmbito pedagógico. Dessa forma, o lucro passará a ser o principal critério de gestão na universidade.

Aumento das propinas

Os professores, e principalmen-

te os funcionários, assistirão à precarização do seu vínculo contratual, isto é, serão vítimas da chamada flexibilidade na gestão de recursos humanos. No caso dos alunos, estes assistirão ao desaparecimento generalizado de cursos que não tenham retorno económico imediato, como os relacionados com as áreas das artes e humanidades.

A necessidade de receitas próprias provocará dois processos em paralelo. Por um lado, o aumento de propinas e, por outro, a subordinação dos conteúdos programáticos dos cursos aos interesses e necessidades dos investidores privados. Assistimos aqui ao fim do paradigma da universidade para o conhecimento e ao nascimento da universidade-empresa. O ensino superior vai, desta forma, deixando de ser um serviço público e passa a ser um bem ven-

dido aos estudantes que são disputados no novo mercado de ensino pelas várias instituições.

Processo antidemocrático

No caso específico da Universidade do Minho, a forma como o Conselho Geral e o reitor conduziram o processo de debate sobre esta matéria é falaciosa, pois, além de não terem consultado os membros da academia, transformaram os debates em sessões de convencimento em que vendem a fundação de direito privado como algo inevitável, infalível e sem defeitos, a verdadeira cura para todos os males da universidade. Este facto, aliado à recusa de um referendo para consultar a comunidade académica, revela o quanto a vontade desta é tomada em conta.

A Associação Académica da Universidade do Minho, repre-

sentante dos estudantes no conselho geral, surge mais uma vez alinhada ao governo, à reitoria e ao conselho geral. É uma traição aos estudantes que teoricamente representa defender a privatização do ensino público.

Iniciativas

Na semana que antecedeu a decisão, o movimento AGIR (Agrupamento de Intervenção e Resposta) recolheu 1802 assinaturas de alunos, professores e funcionários que foram entregues ao Conselho Geral, que as ignorou. O número de assinaturas recolhido é bastante significativo num universo de 15000 alunos. No entanto, como é habitual nesta universidade, o abaixo-assinado foi ignorado.

O movimento AGIR lançou também um apelo à constituição de uma plataforma reunindo alu-

nos, professores e funcionários contrários à alteração de regime, que desenvolveu uma acção de protesto com meia centena de alunos durante a reunião do Conselho Geral que tomou a decisão da passagem a fundação.

De fora desta plataforma ficou a JCP e o seu colectivo estudantil, justificando o seu sectarismo com a necessidade de as lutas de alunos, professores e funcionários deverem ser travadas de forma independente. A necessidade urgente neste momento é exactamente a inversa. Urge não só a unidade entre os estudantes e os outros sectores que compõem o ensino superior, mas também a unidade destes com os outros trabalhadores e sectores populares, atacados pela ofensiva neoliberal encabeçada pela troika. **Nuno Gerales e Pedro Castro**

Palestina: a farsa da reconciliação e do estado independente

Tendo em conta o muro do apartheid, os colonatos e as estradas para uso exclusivo de judeus, o “estado” que a Autoridade Nacional Palestiniana pretende declarar corresponde a menos de 20% da Palestina histórica num território descontínuo, em que Israel controla as fronteiras e a emissão de passaportes.

20 anos passados sobre o início das negociações entre a OLP de Arafat e Israel que levariam à assinatura dos acordos de Oslo, todo o “processo de paz” e as promessas de que se abria ali o caminho para uma Palestina soberana nas antigas fronteiras de 1967 caem por terra. À luz dos acontecimentos destas duas últimas décadas, revelam-se como elaboradas armadilhas que apenas serviram os interesses do apartheid israelita.

E é neste contexto que, nesta primeira metade de 2011, surgem as perspectivas de uma reconciliação entre a Fatah e o Hamas e da declaração unilateral de um estado palestino, perspectivas estas que, à partida, e se se conseguissem apagar da memória os últimos 20 anos, até podiam soar bem.

Reconciliar para quê?

No que toca à reconciliação, o Hamas, aceitou participar num futuro governo de união nacional com a Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) da Fatah, preparar novas eleições nacionais no espaço de um ano, combinar as forças de segurança de ambas as facções e reactivar o parlamento nacional (órgão para o qual o Hamas tinha ganho a maioria em eleições em 2006). O Hamas assegura, ainda, que vai decidir por consenso com a Fatah a “gestão da resistência”, as negociações com Israel, o governo e a segurança doméstica.

Ao fazê-lo, o Hamas, que com todos os defeitos que pudesse ter não abandonava os princípios da resistência e do não reconhecimento do estado racista de Israel,

prepara-se para governar em conjunto com uma facção que colabora activamente com a ocupação israelita. Uma facção que chega a fazer o trabalho sujo, como ficou demonstrado no escândalo dos Palestine Papers.

“Decidir por consenso” com a Fatah significa, indirectamente, ceder ao que mandam os Estados Unidos e a União Europeia, já que estes há muito tornaram a ANP dependente do seu financiamento como forma de fortalecer o seu carácter colaboracionista. É desta forma corrupta e traidora que a Fatah garante privilégios inerentes aos cargos administrativos locais e o enriquecimento de uma pequena elite através dos negócios permitidos pela ocupação.

Refugiados

No que respeita à declaração de um estado palestino independente nas fronteiras de 1967 (Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental), é um objectivo que a ANP se propôs atingir em Setembro e para o qual tem feito pressão diplomática junto a inúmeros estados, para que possa haver suficiente reconhecimento internacional que permita a sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas.

O que pode, à primeira vista, parecer um passo corajoso e significativo para a causa palestiniana e que, por isso, tem dado azo ao entusiasmo de muitos é na realidade uma mão cheia de nada. Em primeiro lugar, e em coerência com a “solução dos dois estados”, deixa de fora os milhões de refugiados espalhados pelo mundo, oriundos do território onde se situa hoje o estado israelita, ne-

gligenciando o seu direito a regressar às terras de onde foram expulsos durante a limpeza étnica de 1948. Em segundo lugar, também não aborda o problema dos 1,2 milhões de palestinianos de Israel tratados como cidadãos de terceira categoria.

Bantustões

Tendo em conta o muro do apartheid, os colonatos e as estradas para uso exclusivo de judeus, o dito “estado” que a ANP pretende declarar corresponde a menos de 20% da Palestina histórica num território que não é contíguo, mas que consiste em áreas separadas, e em que a ocupação militar controla as fronteiras e a emissão de passaportes.

Defendem, os apoiantes desta ideia, que à luz do direito internacional a ocupação vai poder passar a ser considerada uma invasão de um estado soberano, desta forma legitimando uma intervenção da ONU a seu favor. Se as vitórias no papel e se as boas graças da diplomacia e da “comunidade internacional” produzissem resultados já teria caído o muro, considerado ilegal pelo Tribunal Penal Internacional de Haia, ou Israel já teria retirado as tropas e os colonos dos Montes Golã uma vez que fazem parte do estado soberano da Síria.

O “estado” que surgirá de uma tal declaração de independência faz na realidade lembrar os Bantustões ou Black Homelands – uma medida do apartheid sul-africano que consistiu em criar “estados” em enclaves selados para a população negra, enquanto a África do Sul propriamente dita seria dedicada à supremacia bran-



Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestiniana, e Khaled Mashaal, líder do Hamas

ca. Neste caso, o Congresso Nacional Africano (ANC), organização que representava a luta pela emancipação negra, rejeitou com toda a força a criação destes “estados”, lutando, sim, a favor da igualdade de direitos cívicos no estado sul-africano para todos, independentemente da raça. Faz todo o sentido ter sido Israel o único estado que deu algum tipo de reconhecimento diplomático aos Bantustões.

BDS

Também hoje em dia a criação deste “estado palestino” é amplamente apoiada por muitos sectores do sionismo, que vêem nela a hipótese de reforçar a legitimidade de Israel e de congelar a luta pela causa pa-

lestina concedendo-lhe uma pseudo-vitória.

Em vez da farsa da declaração de um “estado”, o que realmente pode produzir uma mudança nas imensas vidas sob ocupação, bloqueio, apartheid e massacres sistemáticos é a luta pela igualdade de direitos no território da Palestina histórica, independentemente da origem étnica ou religiosa de cada um. Um dos principais eixos desta luta é a campanha BDS – Boicote, Desinvestimento e Sanções, um movimento sem tréguas nas vertentes política, comercial, académica e cultural ao apartheid israelita, reivindicando o fim da ocupação, o direito de retorno dos refugiados e o fim da discriminação legal entre judeus e árabes.

André Traça



Obama: mais do mesmo

Se nestes dois anos de mandato, Obama tem deitado por terra as ilusões de que representaria uma mudança face a Bush no que toca à questão palestiniana, a sua postura recente mostra que é um cão-de-guarda dos interesses israelitas tão ou mais feroz que o seu antecessor. Após uma temporada a declarar aos quatro ventos que se bate pelo “processo de paz” que deve culminar numa Palestina independente, acabou por se perceber ao certo sobre o que pretende num esclarecedor discurso para a AIPAC (American-Israeli Public Affairs Committee – o poderosíssimo lobby pró-israelita nos EUA).

Obama deleitou a audiência ao explicar que as fronteiras desse estado deviam ser diferentes das de 1967 para levarem em conta a “nova realidade demográfica”, ou seja, que os colonatos israelitas devem vir a ser anexados. Alertou ainda para o facto de que após as revoluções democráticas nos países árabes já não se poder contar com os antigos amigos ditadores para a convivência com Israel. Finalmente, brindou os presentes com a promessa de que, mesmo apesar dos constrangimentos orçamentais, a ajuda financeira e militar dos EUA a Israel irá atingir um valor histórico. **A.T.**